Constrói a Minha Igreja – Um Caminho de Renovação Eclesial

Portalegre-Castelo Branco, 16.11.2026

Caríssimos irmãos e irmãs da Diocese de Portalegre-Castelo Branco:

1. É com esperança e alegria que vos dirijo estas palavras, que têm como objetivo esclarecer algumas linhas de pensamento e orientação de um caminho sinodal concreto que temos vindo a percorrer, na nossa diocese, e que somos chamados a prosseguir e aprofundar, no futuro.
2. Cheguei à diocese há um ano e este tem sido para mim um tempo precioso e apaixonante de descoberta e aprendizagem. Tenho procurado escutar todos, detetando os nossos desafios comuns, que podemos identificar e entender como apelos do Espírito de Deus. Daí que o que esteja em causa seja, necessariamente, a nossa conversão ao que Cristo nos pede, já que toda a renovação eclesial supõe reavivar a alegria da vida de Deus em nós, do seguimento de Cristo e de adesão ao Seu Evangelho. A missão nasce dessa radicação em Cristo, que é a fonte de toda a vitalidade e credibilidade dos nossos projetos e programas de ação. Estes serão, acima de tudo, o fruto maduro de um caminho de discernimento no Espírito, em que o que está em causa é escutar Deus, unidos em Igreja e seguindo os procedimentos próprios do discernimento eclesial sinodal.

I - Igreja em caminho sinodal

3. Somos uma Igreja a caminho, que vive uma enorme e riquíssima pluralidade espiritual e cultural. Temos razões para dar graças a Deus pelo modo como, no meio da diversidade que caracteriza a nossa Diocese de Portalegre-Castelo Branco, a história nos foi ensinando a descobrir renovados caminhos de comunhão, tocando o essencial da Igreja: catolicidade e unidade.
4. Ao mesmo tempo, também as nossas fragilidades podem ser preciosa oportunidade de descobrirmos o chamamento de Deus à renovação e à resposta criativa aos desafios da missão. Desde há muito que esta consciência tem animado a vida da nossa diocese, de muitos modos. Destaco a valorização, nas últimas décadas, dos ministérios laicais no serviço de animação das comunidades, aprofundando a consciência da vocação batismal como base de toda a vida cristã. A incorporação em Jesus Cristo, dom precioso que, no Espírito Santo, nos é concedido no Batismo, muda a totalidade da nossa vida e do nosso modo de nos relacionarmos com os outros, com Deus e connosco mesmos. Se realmente permitirmos que o Espírito de Deus aja em nós, Ele levar-nos-á por caminhos bem concretos de serviço e de entrega à comunidade humana e eclesial, segundo os desafios de cada tempo e de cada lugar.
5. É neste contexto que, olhando para as muitas expressões de vitalidade da nossa diocese, percebemos uma já longa experiência de leigos que são Ministros da Palavra e das exéquias, assim como de Ministros Extraordinários da Comunhão que, ao longo de muitos anos, foram caminhando com as suas comunidades na animação litúrgica, pastoral e social, ajudando na oração e na formação dos irmãos e irmãs da nossa diocese.

Sínodo Diocesano

6. Neste longo percurso de crescimento e aprendizagem, dou-me conta de como o sínodo diocesano que dinamizou a diocese entre 2009 e 2016 foi uma riquíssima oportunidade de caminho conjunto de reflexão e discernimento sobre quem somos e para onde Deus nos chama a ir. O lema sinodal "O Dom está em ti" convocava para a tomada de consciência da presença de um Deus fiel, por um lado e, por outro, da imensa responsabilidade de fazer frutificar o dom. No anúncio e convocação do sínodo, em 5.10.2011, D. Antonino Dias, meu estimado predecessor, dava graças a Deus pelo caminho sinodal, que já levava algum tempo de trabalhos pré-sinodais, e afirmava que, neste processo, "a primeira e fundamental finalidade deveria ser, sobretudo, a de envolver o maior número possível de membros da diocese numa experiência de corresponsabilidade e comunhão". Na mesma convocatória, D. Antonino citava João Paulo II que apelava a um "novo ardor, novos métodos e nova linguagem", numa frase que quase conhecemos de cor e que, embora pronunciada muito antes das comemorações do Novo Milénio, havia de ser marcante de toda uma corrente de espiritualidade e dinamismo pastoral que ficou conhecida como "nova evangelização". Todo este trabalho sinodal deve ter no presente a sua continuidade, potenciando os dons que se foram recebendo e suscitando, a partir dessa herança, os novos desenvolvimentos necessários aos desafios do presente. De facto, somos Igreja, somos comunidade em missão!

Conversão sinodal em toda a Igreja

7. A consciência missionária, constitutiva do ser Igreja, teve no pontificado do Papa Francisco uma imensa amplificação, por meio de numerosos textos que publicou e, muito especialmente, pelo maravilhoso caminho sinodal de preparação e realização da XVI Assembleia Geral Ordinária dos Bispos, toda ela sobre a sinodalidade na Igreja. Quis o Espírito Santo que este fosse o grande acontecimento de renovação e dinamização missionária da Igreja, a nível global, neste primeiro quartel do século XXI, mobilizando-nos a todos para uma reflexão aprofundada sobre os novos desafios que se colocam à missão no mundo.
8. O documento final do sínodo fala-nos de uma conversão sinodal vivida a vários níveis: a partir de uma abordagem espiritual e teológica, convoca para uma "conversão dos sentimentos, imagens e pensamentos que habitam os nossos corações, que prossegue juntamente com a conversão da ação pastoral e missionária" (Documento final, n.º 11). Tal conversão conduz à revisão das relações entre os diferentes membros da Igreja, na articulação das diferentes vocações, carismas e ministérios. Isso requer um "discernimento eclesial, processos de decisão e cultura de transparência, de prestação de contas e de avaliação. Também em relação a estes, somos chamados a iniciar caminhos de 'transformação missionária' para os quais é urgente uma renovação dos organismos de participação" (*ibid.)*.
9. Este processo sinodal conduz, inevitavelmente, para novas formas de corresponsabilidade missionária entre os vários membros e instâncias da Igreja, vividas de modo concreto e operativo (cf. Documento Final, n.ºs 109-139). O que se pretende, em última análise, é tornarmo-nos uma Igreja missionária e sinodal, reconvertendo todas as estruturas e vínculos eclesiais em função da "Igreja em saída" que queremos ser, na atenção a "todos, todos, todos", na prioridade dada à

evangelização e à inclusão daqueles que ainda não se encontraram com Jesus e com o seu Evangelho.

10. Se, por um lado, a dimensão da sinodalidade sempre esteve presente na vida da Igreja (é por isso, aliás, que nos foi dado refletir sobre ela, tão aprofundadamente), é certo que esta reflexão recente representa um desenvolvimento inovador, na continuidade do dom do Espírito, na Tradição da Igreja. É essa inovação na continuidade que dá a esta reflexão sobre a sinodalidade o seu caráter imperativo e incontornável: ser fiel ao caminho sinodal que a Igreja tem percorrido nestes últimos anos é verdadeiro critério de fidelidade à própria Igreja, enquanto sintonia concreta com as orientações do Papa e da Assembleia Sinodal, toda ela convocada e mobilizada para trabalhar os novos desafios da missão.
11. Sabemos que a conversão sinodal a que a Igreja nos chama inclui transformações sérias: todos fomos convocados para a fase de implementação das propostas e pistas pastorais apresentadas pelo sínodo, que recentemente mereceu uma atenção específica no documento "Fazer Memória", de 27.07.2026, enviado aos bispos e às equipas sinodais das dioceses pela Secretaria-Geral do Sínodo. Ao mesmo tempo, a Igreja trabalha a revisão dos textos legislativos canónicos, de forma a espelhar na organização eclesial e no Código de Direito Canónico as mudanças que todo este processo implica. Nesse sentido, o Papa Francisco criou, a 18.12.2023, a comissão canónica, que, a 30.09.2026 publicou um relatório final, contendo as propostas de alteração concreta aos diferentes cânones do CIC, de modo a melhor refletir na legislação as alterações substanciais que afetam pessoas e instituições, dentro da Igreja.
12. Paralelamente, pede-se às Igrejas particulares que implementem, nas suas estruturas e planos de funcionamento, o espírito e a letra dos diferentes níveis de conversão sinodal, tal como nos aparecem no Documento Final do Sínodo, publicado e assumido pessoalmente pelo Papa Francisco a 24.11.2024.

II – Constrói a minha Igreja: Passos concretos seguintes

13. Em cada realidade diocesana, a Igreja é, pois, chamada a integrar o estilo e a forma renovadora do Documento Sinodal e dos diversos pronunciamentos recentes dos Papas Francisco e Leão XIV, assim como as orientações que os diferentes organismos ao serviço do Sínodo (especialmente a Secretaria-Geral) têm difundido. Na receção prática que a nossa Diocese de Portalegre-Castelo Branco é chamada a fazer de toda esta riqueza, constatamos, como brevemente referi no início, que muito caminho foi já percorrido: não estamos a partir do zero!
14. Ao mesmo tempo, damo-nos conta de que o despovoamento e o envelhecimento populacional de vastas áreas do nosso território intensificam o desafio de uma resposta pastoral adequada. A redução e o envelhecimento do nosso clero colocam também questões sérias a esta necessidade de uma resposta pastoral; porém, deve ficar claro que os caminhos que somos chamados a empreender não consistem numa mera reação aos problemas. Pelo contrário, a realidade presente tornou-se um catalisador propício, uma oportunidade valiosa, para nos questionarmos sobre a vocação e missão batismais de todos os cristãos, potenciando o caminho sinodal, não como remédio para a falta de clero, mas como expressão de uma maior fidelidade ao Espírito e aos apelos que o Senhor coloca à Igreja contemporânea.

15. Depois de chegar à diocese, criei uma equipa de trabalho a que chamei de Conselho Permanente, constituída por leigos, clérigos e religiosas representativos do nosso tecido diocesano, e que trabalham comigo, num ritmo mensal, no discernimento sobre os diferentes desafios da diocese. Em diálogo com este conselho, levámos ao conselho presbiteral, ao conselho pastoral e a uma assembleia geral de clérigos (que convoquei para 28.07.2026) duas propostas concretas:
    - No que se refere aos conselhos pastorais paroquiais, a sua valorização, revisão e criação (onde ainda não existam), determinando também, ou redefinindo, a sua área geográfica de influência (paroquial ou interparoquial, conforme os casos).
    - No que se refere aos ministérios laicais, que se identifiquem, em todas as comunidades cristãs, leigos(a)s animadores de comunidade, que exerçam uma verdadeira liderança de coordenação, em articulação com o pároco, com o conselho pastoral e com a própria comunidade local. Estes líderes podem ser concomitantemente Ministros da Palavra (o que deveria ser a forma mais habitual).
16. O trabalho que porá em prática estes dois objetivos supõe um verdadeiro processo sinodal, que será exigente e complexo. Gostaria, por isso, de dar algumas indicações iniciais relativamente a este percurso, que deverá ser um verdadeiro caminho de renovação pastoral.

Percurso a fazer

17. Ao serviço deste caminho de renovação, constituímos uma equipa dinamizadora, composta por três religiosas da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima (que se disponibilizou para este serviço), por dois leigos da nossa diocese e pelo Diretor Diocesano do Secretariado de Pastoral, sob a presidência do bispo. Designamos este caminho com o título que serviu de mote à nossa Assembleia Diocesana de 5 de outubro de 2026: "Constrói a minha Igreja". O trabalho a desenvolver pretende atingir aqueles dois objetivos acima referidos, de tal modo que as visitas pastorais do bispo, a partir de 2027-2028, coincidam com a tomada de posse oficial dos conselhos pastorais (supondo que nenhum território da diocese ficará a descoberto) e com o envio formal dos animadores comunitários. Partindo de todo o trabalho de reflexão e divulgação que se foi fazendo na diocese, não apenas nos órgãos de consulta que antes referi, mas também nas reuniões de arciprestado e na Assembleia Diocesana de outubro, gostaria agora de dar algumas indicações e esclarecimentos práticos relativamente ao Caminho Pastoral "Constrói a minha Igreja".

Conselhos Pastorais

18. À luz das orientações da Igreja no caminho sinodal que se vive universalmente, é evidente que a existência do conselho pastoral em cada paróquia, ou conjunto de paróquias, se impõe como uma necessidade incontornável, indispensável, na nossa diocese. O Papa Leão XIV, no seu discurso ao clero e agentes pastorais de Chiclayo, Peru (a 13.11.2026), onde foi o bispo diocesano até 2023, dizia: "Para que as dioceses e as paróquias possam adotar este estilo sinodal de comunhão, participação e missão, vale a pena revitalizar o papel dos conselhos pastorais (…); exorto-vos a garantir que cada comunidade possa contar com o próprio conselho pastoral, cujos membros se comprometam também a receber uma formação adequada".

19. O lugar e modo de funcionamento deste conselho pode e deve ser revisto à luz das grandes intuições e orientações do sínodo. Olhando para a nossa realidade diocesana, o que pretendemos deste órgão de animação pastoral não é que seja uma simples assembleia consultiva, reunida de modo espaçado e mais ou menos periférico no que se refere à condução ordinária das paróquias. Diferentemente, e em linha com o espírito sinodal e as orientações atuais da Igreja, pretende-se que o conselho pastoral seja um espaço e um instrumento de discernimento ordinário, frequentemente convocado. O seu caráter consultivo não impedirá que o pároco exerça sempre a sua liderança em articulação com esta equipa de animação – o conselho pastoral – a que preside.
20. Como se articula então o caráter consultivo do conselho pastoral, ou de outros órgãos de participação, com os novos desafios do funcionamento sinodal? O documento final da XVI Assembleia do Sínodo dos bispos, validado pelo Papa Francisco, é esclarecedor, no n.º 92: "uma orientação que surja no processo consultivo como resultado de um correto discernimento, especialmente se levado a cabo pelos órgãos participativos, não pode ser ignorada. Uma oposição entre consulta e deliberação é, portanto, inadequada: na Igreja, a deliberação realiza-se com a ajuda de todos, nunca sem que a autoridade pastoral decida em virtude do seu ofício. É por isso que a fórmula recorrente no Código de Direito Canónico, que fala de voto "meramente consultivo" (tantum consultivum), deve ser reexaminada para eliminar possíveis ambiguidades. Se mostra oportuna uma revisão das normas canónicas em chave sinodal, que clarifique tanto a distinção como a articulação entre consultivo e deliberativo, e esclareça as responsabilidades de quem participa nos processos de decisão nas suas várias funções."
21. O que está em causa não é, de nenhum modo, quem detém o "poder", mas antes como se desenvolve o serviço de animação comunitária, que supõe que a autoridade da Igreja jamais se exerce sem o espaço de discernimento de todos com todos, na busca do que Deus quer para a sua Igreja, neste tempo e neste espaço concretamente. Trata-se aqui de um procedimento centrado no Espírito Santo e na prioridade dada sempre, e sem exceções, à missão de Cristo, de que a Igreja é expressão e sacramento. Isto é essencialmente prático: prende-se diretamente com o modo como vivemos a gestão das relações e serviços dentro de cada comunidade cristã, que decorre do modo como compreendemos a vocação batismal, como referência necessária à compreensão de todas as vocações na Igreja.
22. Será necessário, mediante o discernimento que formos fazendo ao longo de todo este caminho que temos diante de nós, rever e atualizar os estatutos dos conselhos pastorais paroquiais (na sua última versão de 07.10.2014), adequando-os à nova realidade. No futuro, deverá ser um órgão reunido com frequência (periodicidade mensal? Bimestral ou trimestral?), habitualmente responsável por planificar, programar e prever tudo o que diga respeito à vida da comunidade cristã que anima. Não deverá ter uma composição de número muito elevado, para permitir a sua agilidade. Nalguns casos, poderá ser adequado conceber a possibilidade de, a partir do conselho pastoral, se escolherem alguns dos seus membros para constituir uma espécie de "equipa permanente" que, com o pároco, reúna de modo ainda mais frequente (semanal? quinzenal ou mensal?), para as questões mais imediatas.

Áreas de Coordenação Interparoquial

23. Uma das reais dificuldades que tenho percebido, junto de leigos e clérigos, para a constituição de um conselho pastoral realmente útil, pode ter a ver com o facto de termos, em muitas regiões, numerosas comunidades paroquiais demasiado envelhecidas e despovoadas, o que torna difícil identificar e mobilizar gente competente em número suficiente para um tal órgão colegial. Nalgumas dessas paróquias, isto é verdade não apenas para a criação de conselhos pastorais, mas para a normal atividade de todos os outros serviços e instâncias duma normal vida paroquial: catequese, liturgia e música litúrgica, pastoral juvenil, administração económica, etc.
24. O caminho para sair desta dificuldade poderá ser juntar forças, em **áreas de coordenação interparoquial** (que se aproximam, em parte, do que noutras dioceses se designa por Unidades Pastorais)**,** colocando diferentes paróquias vizinhas a funcionar com processos conjuntos de discernimento, planificação, programação e execução pastorais. Como delimitar estas áreas, definindo perímetros de animação comum? O critério deverá assentar nas características das próprias comunidades e não tanto na nomeação dos párocos, juntando numa área de coordenação pastoral comum as paróquias por eles assumidas. Por outras palavras, o critério para a criação destas áreas de coordenação pastoral interparoquial há de ser centrado na Igreja, com suas características, necessidades e localizações geográficas, e não tanto nos padres, nos lugares onde se encontram ou nas suas áreas de atividade. O discernimento do que Deus quer terá de ser feito, por isso, por todos com todos: chegar a ter paróquias vizinhas a trabalhar em conjunto, com conselhos interparoquiais comuns (quando não seja possível ou adequado ter conselhos paroquiais) e até diferentes padres a funcionar em equipa, não é coisa que se faça a partir de um "trabalho de gabinete", mas o resultado de um percurso de escuta de todas as pessoas e comunidades envolvidas. Em tudo isto, pretende-se somar, juntando forças.
25. Duas implicações se colocam, de imediato, neste caminho que respeitará as diversidades de cada comunidade, pondo-as, como se deve, ao serviço da unidade e da missão: por um lado, será necessário que leigos e leigas, sentindo-se mobilizados para este caminho, passem a trabalhar conjuntamente. Por outro lado, que os clérigos – padres e diáconos – centrados na urgência da missão, trabalhem conjuntamente entre si e com os leigos. Falando como clérigo, sublinho que não podemos pedir aos leigos que se juntem em projetos de conjunto se nós mesmos não formos capazes de trabalhar uns com os outros.
26. Teremos de começar por um trabalho conjunto de discernimento, entre as paróquias, que sente à mesma mesa representantes das diferentes comunidades, vindo a assumir-se como um conselho estável que, sob a coordenação do pároco, ou párocos, assumirá um território de animação pastoral comum – a área de coordenação interparoquial (com este nome ou com outro, conforme se venha a descobrir mais adequado). Este processo deverá assim acontecer "de baixo para cima", começando por um discernimento local das comunidades e dos seus agentes pastorais, para chegar a soluções de conjunto que, então sim, poderão ser apresentadas à diocese, para ulterior aprovação pelo bispo.
27. Este não será um trabalho fácil porque não existem soluções evidentes à partida. Mas terá a vantagem de ser um trabalho feito a partir da base. Criar unidades pastorais a partir de cima poderia, cremos, ser menos consistente e duradouro que criar essas áreas de coordenação interparoquial, que hão de emergir a partir da constituição dos

conselhos interparoquiais, que reunirão representantes das comunidades por ele animadas.

28. O caminho a que nos propomos vai pedir-nos muita flexibilidade e liberdade interior, ao estilo do que pedia o Papa Francisco, citando Madeleine Delbrêl: "Acima de tudo, não sejas rígido" (Papa Francisco, Saudação Final à 17ª Congregação Final, 26.10.2024). O Papa acrescentava que "a rigidez é um pecado que tantas vezes afeta clérigos, consagrados e consagradas" e, deixem-me acrescentar, também leigos e leigas – gente de muito boa vontade. Porque a rigidez é filha do medo e o nosso medo, sempre à espreita, vence-se pela serena confiança num Deus de amor que nos conduz pela mão e não nos pede nada sem nos acompanhar na resposta: se nos pede, não nos abandona!

Animadores de comunidade

29. Muito caminho foi já percorrido na nossa diocese no que se refere à ativação de ministérios e serviços laicais ao serviço da Celebração da Palavra, das exéquias e da Comunhão Eucarística. No mesmo registo de sinodalidade, fará sentido que em cada comunidade, grande ou pequena, haja um animador ou animadora que coordene localmente as atividades e vida da comunidade, garantindo, ao mesmo tempo, a comunicação com o pároco e com os conselhos pastorais e económicos. Tal animador poderá ser também ministro da palavra (MECDAP, como temos designado entre nós – "ministro extraordinário da celebração dominical na ausência de presbítero") ou, em qualquer caso, garantir a celebração ordinária da Palavra na sua comunidade, quer haja celebração eucarística quer não haja.
30. A ação do animador é uma coordenação de proximidade, vivida sempre em plena comunhão com o pároco e com a restante comunidade. Trata-se de somar forças: o leigo acompanha a vida quotidiana da comunidade e o pároco permanece como o pastor e a referência de comunhão. Os animadores de comunidade não são "superleigos", como os padres ou diáconos não são "supercristãos". Também aqui, o registo próprio não tem a ver com "categoria", mas com serviço humilde, gratuito, exercido enquanto, e tanto quanto, for considerado necessário pela comunidade, nas suas diferentes mediações, incluindo a do pároco.
31. Os processos de escolha, ou identificação dos animadores de comunidade, assim como dos membros dos conselhos pastorais, terão ainda de ser discernidos, para chegar a critérios de seleção, regras de escolha e designação, duração de mandatos, etc. Permanecerá regra tudo o que está nos atuais estatutos, até que este processo de discernimento sinodal faça amadurecer outras orientações.
32. Tais serviços irão ser exercidos mediante a aprovação e envio, simbolicamente realizados pelo bispo.

Constrói a minha Igreja – um caminho de todos com todos

33. A equipa dinamizadora deste caminho de renovação pastoral será chamada, juntamente com todos nós, Diocese de Portalegre-Castelo Branco, a ativar este processo em três etapas:

    1) <u>Assembleias arciprestais</u>: nas datas já agendadas e divulgadas, realizar-se-ão em cada arciprestado (ou sub-região arciprestal) encontros participados por delegados de todas as paróquias, com a finalidade de esclarecer os objetivos,

meios e processos para a implementação do que ficou dito atrás. O objetivo destes encontros é garantir que cada participante volte para casa com duas ideias claras: 1 – o que é e para que é o conselho pastoral e o animador de comunidade; 2 – que lugar (importante!) cada cristão ou cristã tem no processo da sua criação ou consolidação.

2) Trabalho local: em cada paróquia ou conjunto de paróquias, também em diálogo com o arciprestado, decidir-se-á a modalidade de criação dos conselhos pastorais, ou a revisão do seu funcionamento, onde já existam, de modo a garantir-lhes um maior peso no funcionamento pastoral da paróquia ou área de coordenação interparoquial. Esta será a etapa mais desafiante: todos com todos, dialogando, discernindo à luz do Espírito, chegarmos a consensos que nos façam avançar concretamente. O papel dos párocos, nesta fase, será decisivo. Que ninguém se sinta "desamparado" neste processo: a equipa dinamizadora procurará ir apoiando o caminho que estiver a ser percorrido em cada lugar.
3) Visitas Pastorais: a partir do ano pastoral de 2027-2028, o Bispo, visitando as paróquias, reunirá com cada conselho pastoral (que deverá antes ter-se formado ou consolidado) e conhecerá cada animador de comunidade. O envio formal, com um mandato determinado, será parte deste momento decisivo. Até lá, será necessário rever os estatutos dos conselhos pastorais na nossa diocese, de modo a adequá-los aos novos desafios e aos novos desenvolvimentos sinodais em curso na Igreja.

Muitos chamados, um só corpo

34. Precisamente porque Cristo fala através de todos, assumimos a importância de valorizar todas as vocações. Nesse sentido, a nossa pastoral vocacional tem de continuar a ser uma prioridade: ajudar todos (e com especial atenção os mais jovens, na etapa em que desenham o seu projeto de vida) a discernir o que Deus lhes pede, escutando a Sua voz e abrindo-se aos seus apelos, que são sempre de abertura à missão.
35. Na pluralidade de vocações, é essencial ajudar as pessoas a aprofundar a importância da família (com casais e com pessoas solteiras) e do seu lugar na Igreja e no mundo; é essencial ajudar a descobrir as vocações de consagração especial, na vida religiosa, missionária ou nos institutos seculares; é essencial ajudar todos a aprofundar o lugar do diácono e do padre na vida da Igreja, à luz dos aprofundamentos em torno do tema da sinodalidade.
36. O secretário-geral do Sínodo, cardeal Mario Grech, sintetiza tudo isto de um modo muito claro: "uma Igreja sinodal é uma Igreja que redescobre o protagonismo, teológico e pastoral, de todos os batizados, porque todos os crentes receberam a unção do Espírito (…) Isto traz inevitavelmente consigo um repensar profundo do modo de conceber e de exercitar o ministério ordenado. A autoridade que deriva do sacramento da Ordem não é senão uma habilitação ao serviço: ao serviço de todos os batizados, para que estes possam exprimir os seus dons e carismas para o crescimento da Igreja" (in Francesco, Camminare insieme. Parole e riflessioni sulla sinodalità, Libreria Editrice Vaticana, 2022, p. 4).
37. A 13.11.2026, no já citado discurso ao clero de Chiclayo, Leão XIV diz isto de modo notável: "a autoridade no seio da Igreja deve ser exercida como serviço, discernimento e valorização dos carismas ou das iniciativas, pois a participação dos leigos não é uma concessão, mas uma expressão da sua dignidade batismal."

38. O lugar do presbítero nesta reorganização da nossa Igreja é, por isso, inestimável: sem ele, as nossas comunidades não conseguirão assumir a renovação sinodal que se pretende e que atrás ficou brevemente introduzida. Eles têm o seu lugar, como servidores da missão, cujo sujeito é a própria Igreja, nos seus diferentes membros, segundo as diferentes vocações e carismas.
39. Também os diáconos permanentes, com uma presença tão antiga e relevante na nossa diocese, têm um papel determinante no caminho que queremos percorrer: talvez ainda mais do que no passado, serão chamados a exercer o seu peculiar serviço à Palavra de Deus e ao seu anúncio, colaborando ativamente na formação de animadores de comunidade e ministros da Palavra. Muitas vezes, e cada vez mais, continuarão a ser eles mesmos, como diáconos, a presidir às celebrações da Palavra, amparando as comunidades na sua valorização do Dia do Senhor, sempre centrado no Mistério Eucarístico, mesmo que nem sempre seja possível celebrar a Eucaristia em todas as igrejas, como aconteceu no passado.
40. Por tudo isto, as nossas comunidades cristãs devem ser, cada vez mais, ambientes missionários e vocacionais: só desse modo teremos famílias empenhadas na missão sinodal da Igreja; só desse modo teremos padres e diáconos que nos ajudem a crescer no estilo sinodal a que Deus chama hoje a sua Igreja. A animação pastoral das vocações é, por isso, responsabilidade de todos, ainda que haja uma equipa diocesana que a coordene.
41. No esforço de progredir e avançar para um novo modelo, é muito importante escutar, incluir e potenciar os jovens. Eles não são apenas o futuro: são também o presente! Todos precisamos de todos; todos precisamos dos jovens, que poderão, com protagonismo até, orientar-nos nos caminhos tortuosos de diálogo com uma civilização em metamorfose, na qual o Evangelho tem de estar presente e ser força de transformação.
42. Na realidade contemporânea da nossa diocese, este esforço de inclusão impele-nos também a acolher e valorizar a presença de irmãos e irmãs de outras proveniências geográficas e de outras culturas. Vindos da África, da Ásia, da América ou da Europa, são muitos os irmãos imigrantes que se encontram entre nós. Precisamos deles! E eles também precisam de ser por nós acolhidos nas comunidades que, doravante, também são deles. Isso alterará muito o nosso modo de celebrar, pensar e anunciar a fé. Não tenhamos medo dessa diferença, de que o Senhor se serve para a todos nos fazer crescer, através do diálogo e da corresponsabilidade. Não queremos nem segregação (em que os grupos diferentes se manteriam separados) nem assimilação (em que os grupos diferentes seriam simplesmente engolidos e diluídos nas comunidades de acolhimento). Queremos integração, que supõe unidade na diversidade e que precisa dos três outros verbos (para além do verbo *integrar*), tão queridos à Doutrina Social da Igreja, nesta matéria: *acolher, proteger e promover*. Desse modo, a Igreja sinodal que desejamos poderá tornar-se capaz de caminhar, não deixando ninguém para trás.
43. Por fim, permitam-me dizer ainda que o caráter essencialmente missionário do ser Igreja nos impele a estar atentos aos sinais e interpelações que aqueles e aquelas que estão fora da Igreja nos possam fazer chegar. Na preparação da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, o Papa Francisco promoveu uma escuta generalizada de todos, também dos que não são cristãos. Não era uma "operação de simpatia", mas uma necessidade: Deus fala-nos através dos outros, porque também neles pode estar a presença iluminadora do Espírito Santo; precisamos de os escutar, captar os seus sinais (por mais paradoxais, desajustados ou desconfortáveis que nos pudessem

parecer) para termos completa a panóplia de elementos que nos ajudarão no discernimento pastoral.

44. É no concreto das nossas comunidades cristãs, por mais pequenas, envelhecidas e simples que sejam, que tudo isto se deverá realizar: por gestos simples e concretos; pela oração e vida oferecida dos mais idosos; por um insistente e sustentado apelo à mudança de mentalidades e de práticas. É a todos nós, párocos, presbíteros, diáconos, consagrados e consagradas e, evidentemente, todos os batizados, que caberá a operacionalização destas mudanças.

Horizonte de chegada

45. No horizonte final deste percurso, teremos, como objetivo geral, uma reconfiguração do nosso modo de nos organizarmos como Igreja, que podemos sintetizar em poucos pontos:
    1) As nossas comunidades (na igreja paroquial ou nos outros centros de culto) serão capazes de viver o Domingo e a Celebração Dominical com ou sem a presença de presbítero: estará organizada, de modo estável, uma vida litúrgica e pastoral, em cada comunidade, sob a coordenação dos animadores locais, em articulação com os párocos e conselhos pastorais.
    2) A liderança pastoral será vivida em equipa, sob a coordenação do pároco, de um modo colegial e sinodal; a corresponsabilidade na missão garantirá a vida cristã regular em cada comunidade com leigos e leigas que, cada vez mais, assumirão a missão que lhes for confiada.
    3) A Eucaristia terá de continuar a ser "a fonte e o ápice de toda a vida cristã" (Lumen Gentium, n.º 11), mas cada presbítero, continuando a cuidar muito da qualidade litúrgica e espiritual de cada celebração, apenas garantirá o número de celebrações eucarísticas que a Igreja aprova para cada domingo e que o bom senso recomenda. As comunidades que não tiverem missa não se sentirão nem estarão abandonadas, pois em cada uma se realizará, sem dificuldade, a Celebração da Palavra, presidida por ministros leigos e, quando possível, por diáconos.
    4) A vastidão territorial e o número de comunidades a assistir não deverá ser esmagador ou propiciador de uma excessiva pressão pastoral, já que o cuidado pastoral de cada comunidade é partilhado, na medida do possível e apropriado, pelos diferentes agentes pastorais, leigos e leigas, deixando aos padres o conjunto das responsabilidades próprias do seu ministério e, mesmo aí, assumido com realismo, segundo as possibilidades reais, com serenidade e sem uma inadequada culpabilização, por não ser possível fazer mais nem chegar mais longe.

Conclusão

46. Como escreveu o poeta espanhol Antonio Machado: "caminhante, não há caminho: faz-se caminho caminhando" (in *Campos de Castilla*, poema XXIX). No caminho sinodal percorrido, desde o Papa Francisco, julgo ser este um pressuposto que liberta e responsabiliza. As propostas acima apresentadas decorrem deste desafio global para a Igreja, ao qual esta é chamada a responder em pequenos passos, mais do que por grandes iniciativas; por trabalho feito a partir da base, mais do que diretivas delineadas em gabinete; por uma atitude de busca orante da vontade de Deus para a

sua Igreja, mais do que por estratégias organizativas negociadas pelos diferentes agentes. Estamos a começar! Não tenhamos medo do caminho, pois sabemos que o caminho é o próprio Cristo, que nos ampara na caminhada.

47. Não é um caminho fácil, pois toda a mudança é desafiante, lança-nos em territórios novos e aparentemente arriscados. Também por aí passará a Igreja "em saída", segundo a proposta do Papa Francisco. É preciso arriscar, rever trajetórias, investir em novos modelos, avançar por sendas de fidelidade e criatividade; como afirmava o mesmo Papa: "Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos" (Evangelii Gaudium, 49).
48. No seu discurso em Chiclayo, já citado, Leão XIV afirma ainda: "É fácil falar de sinodalidade, mas pô-la em prática é um desafio que exige de todos rever as suas atitudes e comportamentos, a começar pelos pastores, os primeiros servidores da comunidade."
49. Como tanto têm insistido os documentos da Igreja a respeito da sinodalidade, o que está em causa é uma conversão – a conversão sinodal – que é muito mais que uma transformação estratégica: é acima de tudo uma adequação, orante e abnegada, ao que Deus nos pede para a missão, hoje. Os tempos mudaram, o futuro que nos espera é novo e desafiador. Acolhamos essas transformações, não como uma fatalidade infeliz que é preciso remediar, mas como uma oportunidade de bênção, que é preciso acolher ativamente, através de compromisso, discernimento e escolhas proativas.
50. No seu discurso de abertura da 216ª Assembleia Plenária da CEP, a 9 de novembro de 2026, o seu Presidente, D. Virgílio Antunes, afirmava: "Com este percurso não se pretende apenas cumprir etapas ou dar seguimento a um conjunto de iniciativas. Queremos que o caminho sinodal transforme verdadeiramente o modo como vivemos e trabalhamos nas nossas comunidades. É um percurso que exige tempo e perseverança e não podemos deixar que o desânimo ou a falta de compromisso enfraqueçam, de alguma forma, o caminho iniciado. Caminhando juntos, com disponibilidade interior para a escuta e conversão, encontraremos aquilo que o Espírito Santo sopra à Igreja."
51. É neste espírito, de docilidade ao Espírito e determinação missionária, que somos chamados a este caminho. Iremos conversando, escutando-nos mutuamente, nas comunidades, nas diferentes instâncias da diocese, completando um percurso que não está feito, aperfeiçoando soluções que só Cristo nos poderá ir inspirando, todos com todos. E, sobretudo, iremos rezando, escutando o Senhor, abrindo-lhe o coração. Podemos continuar a servir-nos da oração atribuída a S. Isidoro de Sevilha (sec. V-VI), usada no caminho sinodal:

Eis-nos aqui, diante de Vós, Espírito Santo!
Eis-nos aqui, reunidos em vosso nome!
Só a Vós temos por Guia:
vinde a nós, ficai connosco,
e dignai-vos habitar em nossos corações.
Ensinai-nos o rumo a seguir
e como caminhar juntos até à meta.
Nós somos débeis e pecadores:
não permitais que sejamos causadores da desordem;
que a ignorância não nos desvie do caminho,

nem as simpatias humanas ou o preconceito nos tornem parciais.
Que sejamos um em Vós,
caminhando juntos para a vida eterna,
sem jamais nos afastarmos da verdade e da justiça.
Nós vo-lo pedimos
a Vós, que agis sempre em toda a parte,
em comunhão com o Pai e o Filho,
pelos séculos dos séculos.
Amen.

52. Que o Coração Imaculado de Maria, sempre atento e disponível ao Espírito Santo, nos ampare neste caminho, árduo e apaixonante.

Portalegre-Castelo Branco, 16 de novembro de 2026



+ Pedro Fernandes
(Bispo de Portalegre-Castelo Branco)